



DYLAN BRUNO DE OLIVEIRA ALVES TOMÉ

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA
ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES NA
GESTÃO PÚBLICA**

**LAVRAS-MG
2023**

DYLAN BRUNO DE OLIVEIRA ALVES TOMÉ

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz

Orientador

LAVRAS-MG

2023

DYLAN BRUNO DE OLIVEIRA ALVES TOMÉ

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA E
SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA**

**ANALYSIS OF THE EFFECTS OF GLOBALIZATION ON THE BRAZILIAN
ECONOMY AND ITS IMPLICATIONS ON PUBLIC ADMINISTRATION**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADO em 30 de novembro de 2023.

Dr. Janderson Martins Vaz

Ma. Camila de Assis Silva

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz

Orientador

LAVRAS-MG

2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ser o meu socorro bem presente, por seu amor e cuidado. Aquele que me conduziu até este momento, sendo o fator impulsionador de todas as coisas que conquistei até então.

À minha querida noiva Ana Paula; meu porto seguro e fonte constante de apoio. Seu amor, paciência e compreensão foram fundamentais durante este percurso. Obrigado por ser a luz nos dias mais sombrios e por celebrar comigo cada conquista alcançada. Este trabalho não é apenas meu, mas nosso.

À minha amada família, cujo apoio incondicional e encorajamento foram fundamentais em cada etapa deste desafio. Agradeço por serem a base sólida que me sustentou, pelos sacrifícios que fizeram e pelo amor inabalável que sempre me proporcionaram.

Ao meu estimado orientador Janderson expressei minha sincera gratidão pela orientação dedicada e pelo conhecimento compartilhado. Suas contribuições foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou grato por cada conselho, discussão e inspiração que proporcionou ao longo do caminho.

À Universidade Federal de Lavras, eu agradeço por fornecer um ambiente acadêmico estimulante e pelos recursos que enriqueceram minha formação. Cada professor, colega e membro da equipe desempenhou um papel vital na minha jornada acadêmica.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da globalização na economia brasileira e suas implicações na gestão pública, sendo assim a globalização o problema da pesquisa. Será realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica fundamentado em artigos científicos e produções acadêmicas. Neste trabalho, serão abordadas questões como o papel do Estado na promoção de investimentos e da competitividade, a necessidade de políticas sociais que reduzam as desigualdades, e a importância da capacitação dos gestores públicos para lidar com as mudanças na ordem mundial que a globalização proporciona. A transparência e accountability foram apontadas como fatores fundamentais para a gestão pública em um contexto de globalização. A educação e capacitação de servidores públicos foram apontadas como fatores-chave para enfrentar os desafios da globalização. Com a crescente integração econômica e comercial entre países, a globalização tem afetado diretamente a economia brasileira, trazendo tanto oportunidades quanto desafios. Por um lado, o país tem se beneficiado do acesso a novos mercados e tecnologias, bem como do aumento do fluxo de investimentos estrangeiros. Por outro lado, a globalização também tem trazido competição acirrada, desafios para a indústria nacional e instabilidade financeira.

Palavras-chave: Globalização. Economia brasileira. Gestão Pública. Políticas Econômicas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the effects of globalization on the Brazilian economy and its implications for public administration, with globalization being the research problem. A literature review will be conducted based on scientific articles and academic productions. This work will address issues such as the role of the State in promoting investments and competitiveness, the need for social policies to reduce inequalities, and the importance of training public managers to deal with the changes in the global order brought about by globalization. Transparency and accountability have been identified as fundamental factors for public administration in a context of globalization. Education and training of public servants have been highlighted as key factors in facing the challenges of globalization. With the increasing economic and trade integration among countries, globalization has directly impacted the Brazilian economy, bringing both opportunities and challenges. On the one hand, the country has benefited from access to new markets and technologies, as well as an increase in foreign investments. On the other hand, globalization has also brought fierce competition, challenges for the domestic industry, and financial instability.

Keywords: Globalization. Brazilian Economy. Public Administration. Economic Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	9
3 REVISÃO DA LITERATURA	11
3.1 A globalização	11
3.2 Abertura econômica e inserção do Brasil na economia global	13
3.3 Impactos da globalização na economia brasileira	15
3.4 Setores afetados pela globalização	16
3.5 Investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil	18
3.6 Desafios da gestão pública frente à globalização	20
3.7 Políticas públicas para lidar com os efeitos da globalização	21
3.8 Cooperação internacional e integração regional	23
3.9 Papel das instituições públicas na era da globalização	25
4. Globalização e desigualdades sociais	28
4.1 Desafios e oportunidades para a gestão pública local	30
4.2 Inovação e adaptação na gestão pública	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5 REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a globalização tem sido amplamente discutida como um processo de integração e interdependência crescentes entre países, economias e culturas em todo o mundo. Esse fenômeno é impulsionado por avanços tecnológicos, comunicação, transporte e comércio internacional. A crescente interdependência entre os países, impulsionada pelo comércio internacional e fluxos de capital estrangeiro, tem gerado repercussões significativas na economia do Brasil (MACHADO, 2019).

A economia brasileira tem uma trajetória marcada por momentos de grande crescimento e também de dificuldades. Desde a época colonial, a economia brasileira se desenvolveu por meio da exploração de recursos naturais, como o pau-brasil e o ouro. Já no século XIX, o café se tornou a principal *commodity* ou mercadoria do país, impulsionando a economia (FILARDI, 2016).

Com a Proclamação da República em 1889, o país passou por grandes transformações políticas e econômicas. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas adotou políticas de industrialização e fortalecimento do mercado interno. Já nos anos 1950 e 1960, o país cresceu a taxas elevadas, mas também enfrentou inflação alta. A partir da década de 1990, o país a abertura comercial, que foi um conjunto de políticas que visavam facilitar e promover o comércio internacional, reduzindo as restrições e barreiras ao intercâmbio de bens e serviços entre diferentes países. Essas políticas poderiam incluir a diminuição de tarifas de importação, a eliminação de barreiras não tarifárias, a simplificação de procedimentos alfandegários e a promoção da competição internacional. Essas medidas geraram um crescimento econômico significativo, mas também trouxeram desafios, como a vulnerabilidade externa e as desigualdades sociais (VIEIRA, 2006).

Na década de 1990, o país enfrentou uma crise econômica e de valores que culminou no impeachment do presidente Fernando Collor. Com a estabilização da economia e a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, o Brasil adotou o Plano Real, que controlou a inflação e ajudou a estabilizar a economia. Nos anos 2000, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou políticas de inclusão social e distribuição de renda, como o Bolsa Família. O país também se beneficiou do *boom* das *commodities*, que impulsionou as exportações e o crescimento econômico (FILARDI, 2016).

No entanto, a partir de 2014, a economia brasileira entrou em uma nova crise, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento do desemprego. O governo de Michel Temer adotou políticas de austeridade fiscal e reformas estruturais, e o governo de Jair Bolsonaro continuou a implementar medidas para impulsionar a economia (VIEIRA, 2006).

Ao longo de sua história, a economia brasileira foi influenciada por políticas públicas e conjunturas internacionais. A diversidade de recursos naturais do país e a sua extensão territorial permitiram o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, como a agricultura, a indústria e os serviços.

No entanto, a economia brasileira também enfrentou desafios estruturais, como a elevada carga tributária e a falta de investimentos em infraestrutura. A instabilidade política e a corrupção também afetaram a economia, gerando incertezas para investidores e empreendedores (FILARDI, 2016).

Apesar desses desafios, a economia brasileira também apresenta potencialidades, como o mercado interno e a sua posição estratégica no cenário global. A diversificação da economia e a adoção de políticas públicas voltadas para a inovação como as Fintechs que atua principalmente no mercado de bancário e o empreendedorismo podem ajudar a impulsionar o crescimento econômico e a reduzir as desigualdades sociais (FARAH, 2000).

A introdução de inovação e empreendedorismo na administração pública é crucial para melhorar a eficiência, a transparência e a capacidade de resposta aos desafios sociais. Podem trazer uma nova cultura que busca inovação e promove fomento a modelos de financiamentos sociais mais eficientes.

Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como objetivo, analisar de forma mais aprofundada os efeitos da globalização na economia brasileira e suas implicações para a gestão pública, sendo a globalização o problema de pesquisa. Para isso, será realizada uma revisão da literatura existente sobre o tema em que a globalização é o problema de pesquisa, uma vez que ela que é o fator fundamental dessa transformação.

Pretende-se contribuir para o debate sobre os desafios enfrentados pela gestão pública em um cenário globalizado, levando em consideração as particularidades e vulnerabilidades da economia brasileira.

Outra contribuição do trabalho se refere ao fato de que se pretende identificar na literatura políticas públicas que possam ser implementadas para lidar com esses desafios, visando

promover o desenvolvimento econômico sustentável, a proteção dos interesses nacionais e a maximização dos benefícios da globalização para o país.

Dessa forma, este trabalho pode auxiliar gestores públicos, pesquisadores e tomadores de decisão na formulação de estratégias e políticas que sejam mais efetivas diante das transformações e demandas trazidas pelo processo de globalização.

Este estudo foi organizado em quatro seções. Sendo que a primeira seção apresentou a introdução do trabalho. A segunda seção aborda os aspectos metodológicos aplicados para o desenvolvimento de uma revisão de literatura necessária para o atendimento dos objetivos propostos. A terceira seção apresenta os resultados obtidos pela revisão de literatura que foi realizada. A quarta e última seção apresenta as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A metodologia consiste em uma variedade de parâmetros a partir da qual se viabiliza a realização de pesquisa científica de modo organizado, bem delimitado e criterioso, gerando soluções para os problemas levantados, hipóteses confirmadas/refutadas e objetivos sólidos, pertinentes e que se adequem ao estado da questão em que o problema se insere (FONSECA, 2002).

Conforme Severino (2002, p. 57), a metodologia consiste em

[...] um conjunto de métodos ou caminhos percorridos na busca do conhecimento, sendo assim, a pesquisa é um conjunto de procedimentos sistemáticos fundamentados no raciocínio lógico, objetivando encontrar soluções para problemas propostos, mediante utilização de métodos científicos.

Devido à natureza da proposta que ora se apresenta, recorreu-se metodologicamente à revisão bibliográfica para a promoção de um estudo básico exploratório fundamentado em artigos científicos e demais produções científico-acadêmicas que se mostrem úteis e acerca da análise dos efeitos da globalização na economia brasileira e suas implicações na gestão pública.

O processo de geração de conhecimentos novos, compreendidos como úteis para o avançar científico, segundo Gerhardt e Silveira (2009), apontam para uma direção da tipologia objetiva, gerando conhecimentos novos, sendo estes embasados, sempre, em anteriores realizações que envolvam a verdade e interesses universais.

Gil (2007), ao se debruçar a respeito da pesquisa de cunho exploratório, determina que

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Dessa forma, a partir da metodologia aqui descrita e adotada, se pretende alcançar o que é requerido de uma pesquisa na área do tema abordado, que é a análise dos efeitos da globalização na economia e suas implicações na administração pública.

Foi efetuada uma revisão bibliográfica do assunto, reportando-se a livros, artigos científicos, periódicos especializados, além de trabalhos de pós-graduação (dissertações e teses) que foram buscados em diversas plataformas.

As fontes para realização deste trabalho foram encontradas, em sua maioria, no Scientific Electronic Library Online (SciELO). que opera como uma plataforma online que disponibiliza artigos científicos, relatórios de pesquisa, teses e outras publicações acadêmicas gratuitamente. Ela segue critérios rigorosos de seleção e indexação, garantindo a qualidade e relevância das publicações que fazem parte de sua coleção. Foi utilizada palavras chaves como String de pesquisa.

Essa plataforma foi escolhida devido a praticidade, qualidade e revisão por pares, acesso livre e gratuito, padrões de publicação e ética que demonstra que está alinhada com diretrizes internacionais de boas práticas editoriais e éticas na pesquisa

A pesquisa documental, em que foram analisados os artigos referentes à área de administração pública, globalização e economia na SciELO. Para filtrar os artigos encontrados, foram escolhidos artigos publicados no período entre os anos 2000 a 2022 devido a aceleração e efeitos da globalização, podendo assim ter um tempo maior para o entendimento de suas consequências. A pesquisa foi realizada nos anos de 2022 e 2023.

Para a seleção dos estudos para esse trabalho, foram escolhidas as categorias analíticas de:

- Idioma do artigo, que foram predominantemente Português;

- Tipo de pesquisa, que deveria ser de revisão bibliográfica;
- Número de autores, que no mínimo deveriam ser compostos por dois estudiosos;
- Palavras chaves que nas pesquisas foram comumente usadas. Dentre elas, as mais importantes foram: globalização; economia brasileira; gestão pública; políticas econômicas.

Foi analisado um total de 53 trabalhos entre artigos e estudos de outra natureza, sendo assim, escolhidos 23 artigos para esse estudo.

2.1. REVISÃO DA LITERATURA

Essa seção apresenta os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e está dividida em 12 subseções. A primeira subseção trata da globalização. A segunda subseção trata da abertura econômica e da inserção do Brasil na economia global. A terceira subseção trata dos impactos da globalização na economia brasileira. A quarta subseção trata dos setores afetados pela globalização. A quinta subseção trata os investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil. A sexta subseção trata os desafios da gestão pública frente à globalização. A sétima subseção trata de políticas públicas para lidar com os efeitos da globalização. A oitava subseção cooperação internacional e integração regional. A nona subseção trata do papel das instituições públicas na era da globalização. A décima subseção trata da globalização e desigualdades sociais. A décima primeira subseção trata dos desafios e oportunidades para a gestão pública local. A decima segunda subseção trata da inovação e adaptação na gestão pública.

2.2. A GLOBALIZAÇÃO

A globalização é um fenômeno complexo e multifacetado que tem sido amplamente discutido na literatura acadêmica nas últimas décadas. De acordo com a definição mais difundida, a globalização se refere ao processo de integração econômica, política e cultural entre países e regiões do mundo, impulsionado pelo avanço da tecnologia, das comunicações e dos transportes (FARAH, 2000).

A globalização é um fenômeno que tem gerado impactos significativos na economia mundial e, em particular, na economia brasileira. Estudos mostram que a globalização tem

contribuído para a intensificação do comércio internacional, o aumento da competição entre empresas e a disseminação de novas tecnologias e práticas gerenciais (FARAH, 2000).

A globalização tem impactado significativamente a economia brasileira, e suas implicações se estendem à gestão pública. É preciso repensar as estratégias adotadas pelos gestores públicos para se adaptarem às mudanças que ocorrem em escala global e garantir a efetividade dos serviços prestados à população. Nesse contexto, o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP) pode ser uma ferramenta útil para aprimorar a gestão pública, mas é importante reconhecer as limitações e desafios que envolvem sua aplicação (FILARDI, 2016).

A globalização tem sido objeto de inúmeros estudos no Brasil, que investigam seus efeitos sobre a economia e a sociedade. Esses estudos têm mostrado que a globalização tem gerado tanto oportunidades quanto desafios para a economia brasileira e para a gestão pública. Um dos principais impactos da globalização na economia brasileira tem sido o aumento do fluxo de comércio internacional. A abertura comercial do país, iniciada na década de 90, tem permitido a entrada de produtos estrangeiros no mercado nacional, o que tem estimulado a concorrência e pressionado os preços para baixo. (PAULA, 2005).

Além disso, a globalização tem contribuído para aumentar a competitividade das empresas brasileiras, que precisam adotar práticas mais eficientes e inovadoras para sobreviver em um ambiente globalizado. A disseminação de novas tecnologias e práticas gerenciais tem sido fundamental nesse processo. No entanto, a globalização também tem gerado efeitos negativos na economia brasileira, como a desindustrialização e a vulnerabilidade externa. A dependência de produtos estrangeiros e a concentração de exportações em poucos setores têm sido apontados como problemas a serem enfrentados. (FILARDI, 2016).

A gestão pública no século XXI enfrenta desafios significativos devido à globalização e suas implicações na economia brasileira. É necessário repensar as práticas e estratégias adotadas para garantir a eficácia e eficiência dos serviços públicos oferecidos à população. Além disso, é preciso considerar a necessidade de reformas pendentes para fortalecer a governança e a transparência na gestão pública (CARNEIRO, 2011).

A gestão pública brasileira tem enfrentado inúmeros desafios decorrentes da globalização. A regulação de setores estratégicos, como a energia e as telecomunicações, e a promoção de políticas industriais e tecnológicas têm sido algumas das principais áreas de atuação (PAULA, 2005).

No entanto, as políticas públicas implementadas para enfrentar os desafios da globalização nem sempre têm sido efetivas. Muitas vezes, falta planejamento estratégico e capacidade de adaptação para enfrentar as mudanças geradas pela globalização. (PAULA, 2005).

A cooperação internacional e a integração regional têm se mostrado importantes estratégias para a gestão dos efeitos da globalização. Acordos comerciais e parcerias entre países têm permitido a troca de conhecimento e tecnologia, além de fortalecer a posição dos países em um contexto globalizado (FARAH, 2000).

2.3. ABERTURA ECONÔMICA E INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA GLOBAL

A abertura econômica e a inserção do Brasil na economia global são temas centrais para a compreensão dos efeitos da globalização na economia brasileira. O processo de abertura comercial adotado pelo Brasil foi iniciado no final da década de 1980, mas ganhou força na década seguinte. Desde então, o país tem buscado ampliar sua participação no comércio internacional, assinando acordos de livre comércio e participando de organismos internacionais (FARAH, 2000).

A abertura comercial tem sido uma estratégia importante para a integração do Brasil na economia global. Desde a adoção de políticas de liberalização, o país tem experimentado um aumento significativo nas exportações. Além disso, a abertura tem permitido a entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro, o que tem contribuído para a modernização da economia (FILARDI, 2016).

No entanto, a abertura comercial também tem gerado desafios para a economia brasileira. A competição externa tem sido intensa, e muitos setores têm enfrentado dificuldades para se adaptar às mudanças. Além disso, a dependência externa tem sido uma preocupação crescente, uma vez que o país tem importado cada vez mais produtos de alto valor agregado (FARAH, 2000).

A globalização tem impactado significativamente a economia brasileira e, conseqüentemente, a Nova Administração Pública no país. As políticas públicas precisam se adaptar às mudanças econômicas e sociais, buscando soluções que atendam às demandas da população e garantam um desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, é fundamental uma

administração pública democrática, que envolva a participação popular e respeite os direitos dos cidadãos (VIEIRA, 2006).

A participação do Brasil em organismos internacionais tem sido uma estratégia importante para ampliar sua influência na economia global. O país tem participado ativamente de organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Grupo dos 19 países com maiores economias e União Europeia (G20), buscando defender seus interesses diante dos países desenvolvidos. Além disso, o Brasil tem buscado ampliar sua participação em acordos de livre comércio, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o Building Better Global Economic BRICs (BRICS) (FILARDI, 2016).

Contudo, a participação em organismos internacionais também tem gerado críticas. O Brasil tem sido pouco efetivo em sua atuação, especialmente em relação a temas como a liberalização do comércio de serviços e a proteção da propriedade intelectual. Além disso, a participação em acordos de livre comércio tem gerado desafios para a indústria nacional, que muitas vezes não consegue competir com a entrada de produtos estrangeiros (VIEIRA, 2006).

A abertura comercial e a participação em organismos internacionais têm gerado efeitos diversos na economia brasileira. Por um lado, a inserção do Brasil na economia global tem permitido o acesso a novos mercados e tecnologias, contribuindo para um aumento na produção e nas exportações. Por outro lado, a competição externa tem gerado pressões sobre diversos setores, e a dependência externa tem sido uma preocupação crescente (GUEDES, 2006).

A inserção do Brasil na economia global tem gerado desafios para a gestão pública. As políticas de abertura comercial têm gerado pressões por regulação e proteção da indústria nacional, e a participação em organismos internacionais tem exigido uma maior capacidade de negociação e coordenação. Além disso, a dependência externa tem gerado desafios para a gestão da política econômica, exigindo uma maior capacidade de planejamento e previsão (VIEIRA, 2006).

A abertura econômica e a inserção do Brasil na economia global têm gerado efeitos diversos sobre os diferentes setores da economia. A agricultura, por exemplo, tem se beneficiado com o aumento das exportações, mas também tem enfrentado desafios como o aumento da competição e a dependência externa. Já a indústria tem enfrentado dificuldades para competir com a entrada de produtos estrangeiros, mas também tem se beneficiado com a entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro (FARAH, 2000).

Os investimentos estrangeiros diretos (IEDs) têm sido um importante mecanismo de inserção do Brasil na economia global. Os IEDs têm permitido a transferência de tecnologia e a geração de empregos, contribuindo para a modernização da economia. No entanto, os IEDs também têm gerado assimetrias e dependência externa, podendo afetar a autonomia da política econômica. (GUEDES, 2006).

As parcerias entre governo e sociedade civil têm se mostrado uma alternativa eficaz para a implementação de políticas públicas locais, especialmente diante dos desafios impostos pela globalização. É importante que o poder público entenda a importância dessas novas formas de arranjos institucionais, que possibilitam a participação ativa da comunidade na gestão pública e garantem a efetividade das políticas implementadas. Além disso, é necessário que haja um esforço conjunto para superar as barreiras burocráticas e garantir a transparência e a accountability desses processos (FARAH, 2000).

A gestão pública tem enfrentado desafios na promoção do desenvolvimento econômico diante dos efeitos da globalização. A regulação e a coordenação das políticas públicas têm sido uma preocupação crescente, assim como a necessidade de desenvolver políticas de inovação e fomento ao comércio exterior. Além disso, a gestão pública tem buscado desenvolver parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil para enfrentar os desafios da globalização (FILARDI, 2016).

2.4. IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA

A globalização é um fenômeno que tem impactado significativamente a economia brasileira nas últimas décadas. Com a crescente abertura do comércio internacional e a maior integração financeira, o Brasil tem enfrentado tanto oportunidades quanto desafios em seu desenvolvimento econômico (MILANI, 2008).

Entre os impactos positivos da globalização na economia brasileira, podemos destacar o aumento do fluxo de comércio e investimentos estrangeiros, que têm impulsionado o crescimento econômico e a competitividade do país em diversos setores. Por outro lado, a globalização também tem gerado efeitos negativos na economia brasileira, como a desindustrialização e a vulnerabilidade externa, que podem comprometer a sustentabilidade e a estabilidade do desenvolvimento econômico a longo prazo (FILARDI, 2016).

Em termos de competitividade, a globalização tem pressionado as empresas brasileiras a se adaptarem às exigências do mercado global, o que pode favorecer a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Porém, a globalização também tem colocado pressão sobre o setor industrial brasileiro, que tem perdido espaço para a concorrência estrangeira e enfrentando desafios como a falta de investimentos em infraestrutura e em tecnologia (MILANI, 2008).

A participação social é um princípio fundamental na gestão de políticas públicas locais, com o objetivo de promover a inclusão e a democracia participativa. Experiências latino-americanas e europeias têm mostrado a importância da participação da sociedade civil na definição e implementação de políticas públicas, o que pode levar a resultados mais efetivos e transparentes (MILANI, 2008).

Além disso, a globalização tem gerado desafios para a gestão pública brasileira, que precisa lidar com a crescente complexidade das relações comerciais internacionais e com a necessidade de estimular a competitividade e a inovação na economia. Nesse sentido, a gestão pública precisa estar atenta às vulnerabilidades externas que podem comprometer a estabilidade econômica do país, como a instabilidade de preços e de moedas estrangeiras. A globalização também tem desafiado a gestão pública a promover políticas de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico, que possam favorecer a competitividade das empresas brasileiras nesse mercado globalizado (GUEDES, 2006).

A desindustrialização é um dos principais desafios enfrentados pela economia brasileira, que precisa lidar com a perda de espaço do setor industrial em relação ao setor de serviços e às exportações de commodities (MILANI, 2008).

Para enfrentar esses desafios, a gestão pública precisa adotar uma abordagem estratégica que promova a diversificação da economia, a inovação tecnológica e a promoção do comércio exterior em setores estratégicos para a economia brasileira (FILARDI, 2016).

2.5. SETORES AFETADOS PELA GLOBALIZAÇÃO

Os efeitos da globalização na economia brasileira foram sentidos de maneira diferenciada nos diversos setores econômicos do país. A agricultura, por exemplo, sofreu impactos tanto positivos quanto negativos. Por um lado, a abertura comercial permitiu a entrada de novos mercados e o aumento do fluxo de comércio. Por outro, a concorrência externa gerou

pressão para a redução de preços, o que afetou a rentabilidade dos produtores locais. Ademais, a dependência externa de insumos e tecnologias também se tornou uma preocupação (GUEDES, 2006).

Já a indústria brasileira foi afetada de forma significativa. A abertura comercial permitiu a entrada de produtos importados mais baratos, o que gerou concorrência com as indústrias locais e levou muitas empresas a se tornarem menos competitivas. Além disso, a globalização levou ao aumento da desindustrialização, especialmente nos setores mais intensivos em mão de obra e com tecnologias obsoletas (FILARDI, 2016).

A governança interativa é uma abordagem que busca compreender a gestão pública participativa, reconhecendo a importância do diálogo entre governo e sociedade civil. Através dessa concepção, é possível promover a colaboração e o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, tornando a gestão mais eficiente e democrática. Além disso, a globalização tem impactado significativamente a economia brasileira, o que traz implicações diretas para a Administração Pública. É necessário, portanto, repensar os modelos de gestão e adaptá-los às demandas atuais, de forma a garantir a efetividade das políticas públicas (FREY, 2004).

Por sua vez, o setor de serviços também sofreu transformações estruturais importantes com a globalização. A integração com a economia mundial permitiu a entrada de novos serviços, sobretudo aqueles que demandam maior especialização, como os serviços financeiros e de tecnologia da informação. No entanto, a concorrência externa também pressionou a redução de preços e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, o que representou um desafio para muitas empresas locais (FREY, 2004).

Nesse contexto, os setores econômicos brasileiros enfrentam diversos desafios para se manterem competitivos e adaptados à realidade globalizada. Um dos principais desafios é o de investir em inovação e tecnologia, a fim de melhorar a produtividade e a eficiência dos processos produtivos. Além disso, é preciso investir em políticas de fomento à exportação, de modo a ampliar o mercado consumidor dos produtos e serviços nacionais (GUEDES, 2006).

Outro desafio é o de buscar a diversificação dos mercados, a fim de reduzir a dependência de determinados parceiros comerciais e minimizar os efeitos de eventuais crises internacionais. Nesse sentido, a participação em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), pode ser uma estratégia importante. O sentido e significado do trabalho são elementos fundamentais para a satisfação e motivação dos trabalhadores, influenciando diretamente no desempenho e produtividade. É importante que as

organizações estejam atentas a essas questões e promovam um ambiente de trabalho que valorize não apenas o resultado final, mas também o bem-estar e realização pessoal dos funcionários (NEVES, 2018).

Em relação à gestão pública, a globalização também trouxe desafios significativos. É preciso que a administração pública esteja preparada para lidar com a complexidade e a volatilidade do ambiente globalizado, bem como com as assimetrias e vulnerabilidades externas. Além disso, é preciso investir em políticas de fomento à inovação e de capacitação dos servidores públicos para lidar com as demandas da economia globalizada (FILARDI, 2016).

A gestão pública também deve estar atenta aos desafios enfrentados pelos diferentes setores econômicos, a fim de desenvolver políticas específicas que possam ajudá-los a se adaptar às mudanças estruturais e tecnológicas. Políticas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento podem ser uma estratégia importante para estimular a inovação nos setores mais afetados (FREY, 2004).

2.6. INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS (IED) NO BRASIL

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) têm sido uma importante fonte de financiamento para a economia brasileira nas últimas décadas, contribuindo para a geração de empregos e para o aumento da produtividade e da competitividade do país. No entanto, a dependência externa e as assimetrias nas relações comerciais ainda são desafios a serem enfrentados pela gestão pública (FILARDI, 2016).

Os IEDs podem ser definidos como a participação de investidores estrangeiros no capital de empresas nacionais, visando à obtenção de lucros a longo prazo. O Brasil tem atraído um grande volume de investimentos, principalmente no setor de serviços, indústria e agricultura. Esses investimentos têm sido de grande importância para a economia brasileira, contribuindo significativamente para a geração de empregos e para o aumento da produtividade (GUEDES, 2006).

A transferência de tecnologia é um dos principais benefícios dos IEDs para o Brasil. Com a vinda de empresas estrangeiras, ocorre um aumento na capacidade tecnológica do país, que pode ser replicada em outras atividades econômicas. Dessa forma, os IEDs contribuem para a inovação e para o aumento da competitividade da economia brasileira (FREY, 2004).

A globalização tem afetado profundamente a economia brasileira, o que tem gerado implicações significativas na gestão pública. As mudanças no cenário econômico exigem que o Estado adote novas estratégias para lidar com as demandas da sociedade e do mercado. Nesse contexto, a Administração Pública deve estar preparada para enfrentar os desafios e oportunidades que surgem com a globalização, buscando aprimorar seus processos e serviços (DE SOUZA, 2003).

No entanto, os IEDs também podem gerar assimetrias e dependência externa na economia brasileira. Empresas estrangeiras podem utilizar o Brasil como base para a exportação de produtos, sem necessariamente investir na produção local. Isso pode gerar uma maior dependência do país em relação a essas empresas, além de gerar desigualdades no comércio internacional (FREY, 2004).

Além disso, os IEDs podem não beneficiar de forma equitativa os diversos setores da economia. O setor de serviços, por exemplo, tem sido o principal destinatário dos investimentos estrangeiros, enquanto a indústria nacional tem sofrido com a falta de investimentos e com a concorrência externa (GUEDES, 2006).

A gestão pública tem um papel importante na atração de IEDs para o Brasil, devendo estar atenta às condições necessárias para atração desses investimentos, como a melhoria da infraestrutura, a redução da burocracia e a oferta de incentivos fiscais. No entanto, é importante que a gestão pública também se preocupe em garantir que os investimentos estrangeiros sejam realizados de forma equitativa e em benefício da economia brasileira como um todo (FREY, 2004).

Os IEDs podem gerar efeitos positivos na economia brasileira, como a geração de empregos e o aumento da produtividade, mas é importante que a gestão pública trabalhe para minimizar os efeitos negativos desses investimentos, como a dependência externa e as assimetrias nas relações comerciais (FILARDI, 2016).

A política industrial e de inovação é fundamental para garantir que os IEDs contribuam para o desenvolvimento da economia brasileira. A oferta de incentivos fiscais para a instalação de empresas em setores estratégicos e a capacitação da mão de obra são exemplos de medidas que podem ser implementadas pela gestão pública para incentivar a vinda de investimentos e garantir que esses investimentos sejam realizados de forma equitativa (GUEDES, 2006).

A cooperação internacional e a integração regional também são importantes para a gestão dos efeitos dos IEDs na economia brasileira. A participação em organismos

internacionais e a celebração de acordos de livre comércio podem garantir melhores condições para a entrada de investimentos estrangeiros no país e para a redução das assimetrias nas relações comerciais (FREY, 2004).

2.7. DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

A globalização apresenta desafios significativos para a gestão pública, exigindo que os gestores adotem medidas para melhorar a efetividade dos serviços públicos e promover o desenvolvimento econômico. Entre os principais desafios enfrentados pelos gestores públicos em um contexto de globalização estão a regulação, as políticas industriais e o planejamento estratégico (GUEDES, 2006).

A regulação é um dos principais desafios da gestão pública em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a uma maior complexidade regulatória, os gestores públicos precisam assegurar que as regulamentações sejam claras, coerentes e atualizadas (FILARDI, 2016).

A elaboração de políticas industriais é outro desafio importante para a gestão pública em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a mudanças significativas na estrutura industrial, os gestores públicos precisam adotar políticas para facilitar a adaptação dos setores produtivos e garantir a competitividade da economia (GUEDES, 2006).

O planejamento estratégico é um terceiro desafio crucial para a gestão pública em um contexto de globalização. Os gestores públicos precisam considerar a influência da globalização nas mudanças econômicas, políticas e sociais, a fim de desenvolver estratégias adequadas que promovam o desenvolvimento econômico e social. A gestão pública também enfrenta desafios específicos em relação ao comércio internacional. Como a globalização aumenta a competição entre as empresas, os gestores públicos precisam garantir que as políticas de comércio internacional sejam justas, sustentáveis e compatíveis com as necessidades da economia local (FREY, 2004).

Outro desafio importante para a gestão pública é manter a estabilidade macroeconômica em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a flutuações econômicas significativas, os gestores públicos precisam adotar políticas para garantir a estabilidade financeira e monetária e prevenir crises econômicas (GUEDES, 2006).

A globalização tem sido um fator determinante na economia brasileira e, conseqüentemente, na gestão pública. Com a internacionalização de empresas, surgem novos desafios para o Estado, que precisa se adaptar às mudanças e buscar formas de aproveitar as oportunidades. Nesse contexto, a diplomacia triangular pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento, envolvendo a participação de empresas, governos e organizações internacionais (GUEDES, 2006).

A gestão pública também deve lidar com o desafio de promover o desenvolvimento sustentável em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a pressões ambientais e sociais significativas, os gestores públicos precisam adotar políticas para promover o desenvolvimento sustentável e garantir a proteção do meio ambiente e dos direitos sociais (CELANO, 2014).

A gestão pública também precisa lidar com o desafio da governança global em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a uma maior interdependência econômica e política, os gestores públicos precisam adotar políticas para promover a cooperação internacional e a governança global efetiva (FILARDI, 2016).

Outro desafio importante para a gestão pública é manter a qualidade dos serviços públicos em um contexto de globalização. Como a globalização pode levar a mudanças significativas na demanda por serviços públicos, os gestores públicos precisam adotar medidas para garantir a efetividade dos serviços públicos e a satisfação dos cidadãos (FREY, 2004).

2.8. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LIDAR COM OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização tem impactado profundamente a economia brasileira, exigindo adaptações e mudanças na gestão pública. Nesse sentido, políticas públicas têm sido implementadas pelo governo brasileiro para lidar com os efeitos da globalização, como forma de mitigar os impactos negativos e capitalizar as oportunidades trazidas pela abertura dos mercados. Essas políticas incluem iniciativas voltadas para inovação, fomento ao comércio exterior e capacitação de mão de obra (FREY, 2004).

Uma das políticas implementadas pelo governo para enfrentar os desafios da globalização foi a criação do Plano Brasil Maior, em 2011. O objetivo do plano foi estimular a competitividade e a inovação das empresas brasileiras, com destaque para as pequenas e médias

empresas. Para tanto, o plano previa incentivos fiscais, investimento em pesquisas e desenvolvimento e a ampliação do acesso das empresas a crédito e financiamento (FILARDI, 2016).

Outra política importante implementada pelo governo para lidar com os efeitos da globalização foi a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008. A PDP tinha como objetivo promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, com foco no fortalecimento das cadeias produtivas. Para tanto, a política contemplava medidas como incentivos fiscais, apoio à inovação e investimentos em infraestrutura (CELANO, 2014).

Além disso, o governo brasileiro tem investido no fomento ao comércio exterior como forma de aproveitar as oportunidades trazidas pela globalização. Desde 2003, o governo tem buscado fechar acordos comerciais bilaterais e multilaterais com outros países e blocos econômicos, como forma de ampliar o acesso dos produtos brasileiros a mercados internacionais. Entre os acordos mais importantes estão o Mercosul, a União Europeia, a China e a Índia (FREY, 2004).

A capacitação de mão de obra é outra área em que o governo tem investido para lidar com os efeitos da globalização. A política de educação profissional e tecnológica, por exemplo, tem como objetivo formar profissionais qualificados para atender as demandas do mercado de trabalho em um ambiente globalizado. Outra iniciativa importante nesse sentido foi o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, que visa ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica para jovens e trabalhadores (CELANO, 2014).

O governo brasileiro tem também buscado incentivar a inovação como forma de melhorar a competitividade das empresas brasileiras em um ambiente globalizado. O Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) e a Lei de Informática são exemplos de iniciativas nesse sentido. O Pappe tem como objetivo apoiar a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos nas empresas, enquanto a Lei de Informática prevê incentivos fiscais para empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia da informação (FREY, 2004).

Outra política implementada pelo governo para lidar com os efeitos da globalização foi a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. O objetivo do PAC era promover o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais, por meio de

investimentos em infraestrutura. O programa contemplava investimentos em áreas como transporte, energia, saneamento e habitação (FILARDI, 2016).

A política de desenvolvimento regional é outra área em que o governo tem atuado para lidar com os efeitos da globalização. Programas como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) visam incentivar o desenvolvimento das regiões mais pobres do país, por meio de investimentos em infraestrutura e apoio ao desenvolvimento econômico (CELANO, 2014).

A globalização tem impactado a cultura organizacional brasileira, levando a um debate entre a adoção de práticas globais ou locais. A gestão pública também é afetada por essa questão, já que precisa lidar com as demandas da sociedade globalizada e, ao mesmo tempo, manter a identidade cultural do país. É necessário encontrar um equilíbrio entre esses dois aspectos para garantir uma gestão pública eficiente e que atenda às necessidades da população brasileira (CHU, 2008).

No entanto, apesar das políticas implementadas pelo governo, ainda há desafios a serem enfrentados na gestão dos efeitos da globalização na economia brasileira. É preciso fortalecer a capacidade regulatória do Estado, promover políticas de fomento à indústria e à inovação e investir em infraestrutura para garantir a competitividade das empresas brasileiras em um ambiente globalizado (FREY, 2004).

2.9. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A globalização é um fenômeno que se caracteriza pela intensificação das relações entre países, incluindo a troca de bens, serviços, informações e pessoas. A partir dessa realidade, a cooperação internacional e a integração regional surgem como estratégias fundamentais para a gestão dos efeitos da globalização (FILARDI, 2016).

As parcerias entre países e organizações internacionais são exemplos de cooperação internacional que podem trazer benefícios significativos para a economia e a gestão pública brasileira. A participação do Brasil em organismos como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são exemplos de como a cooperação internacional pode ajudar na integração regional e na defesa dos interesses nacionais (FREY, 2004).

Os acordos comerciais e de investimento também são exemplos de cooperação internacional que podem ser benéficos para a economia brasileira. A assinatura de acordos bilaterais e tratados multilaterais, como a Parceria Transpacífico (TPP) e o Acordo de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), pode trazer vantagens para o país, como maior acesso a mercados internacionais e atração de novos investimentos (FREY, 2004).

A integração regional, por sua vez, é uma estratégia importante para lidar com os efeitos da globalização na economia e na gestão pública. A integração pode ser realizada em várias dimensões, como a integração física (infraestrutura de transporte e comunicação), a integração produtiva (cadeias produtivas regionais) e a integração social (cooperação em áreas como educação, saúde e cultura) (CELANO, 2014).

A integração regional pode trazer benefícios para a economia brasileira, como a ampliação do mercado consumidor, a atração de novos investimentos e a melhoria da competitividade. Além disso, a integração regional pode contribuir para a solução de problemas comuns, como a segurança pública, o meio ambiente e a migração (FILARDI, 2016).

A globalização tem trazido impactos significativos para a economia brasileira, o que tem consequências diretas na gestão pública. É preciso que haja uma adaptação rápida e eficiente para lidar com essas mudanças, visto que o mundo atual exige agilidade e flexibilidade nas ações governamentais. Além disso, é necessário que haja uma preocupação constante com a transparência e a efetividade dos serviços públicos oferecidos à população (FARAH, 2002).

Um exemplo de integração regional é a União Europeia, que busca harmonizar as políticas econômicas e sociais dos países membros e criar um mercado único europeu. Na América Latina, o Mercosul é um exemplo de integração regional que tem como objetivo a criação de uma zona de livre comércio e a coordenação de políticas macroeconômicas (FREY, 2004).

No entanto, a cooperação internacional e a integração regional também apresentam desafios para a gestão pública brasileira. A participação em acordos e tratados internacionais pode gerar assimetrias e dependência externa, além de exigir a adequação das políticas públicas às regras internacionais. Já a integração regional pode gerar conflitos entre os países membros, especialmente em relação a questões como a distribuição de benefícios e o equilíbrio de poder. Além disso, a integração pode exigir investimentos significativos em infraestrutura e aprimoramento das políticas públicas. Nesse sentido, a gestão pública brasileira deve buscar

estratégias para lidar com esses desafios e tirar o máximo proveito das oportunidades oferecidas pela cooperação internacional e pela integração regional. É necessário que haja um planejamento estratégico e uma adequada gestão de recursos para que a participação em acordos e tratados internacionais seja efetiva e benéfica para o país (FILARDI, 2016).

As parcerias público-privadas (PPPs) podem ser uma estratégia interessante para a gestão pública brasileira na busca de cooperação internacional e integração regional. As PPPs são acordos entre o governo e empresas privadas para a realização de projetos de interesse público, como a construção de rodovias, portos e aeroportos (CELANO, 2014).

As PPPs podem ser utilizadas para a realização de projetos de infraestrutura que estimulem a cooperação internacional e a integração regional, como a construção de conexões entre portos e aeroportos internacionais e a melhoria das condições de transporte e comunicação entre os países da região (FREY, 2004).

2.10. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

As instituições públicas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Essas instituições são responsáveis por conduzir políticas que permitam ao país se inserir de maneira competitiva na economia global, ao mesmo tempo em que buscam garantir que os benefícios da globalização sejam distribuídos de maneira justa e equitativa (FILARDI, 2016).

As agências reguladoras são um exemplo de instituições públicas que atuam na promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Essas agências são responsáveis por supervisionar atividades econômicas importantes, como o setor financeiro, de energia e de telecomunicações, garantindo que essas atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis e regulamentos. Além disso, as agências reguladoras são responsáveis por estimular a inovação e a competição nesses setores, de modo a fomentar a competitividade da economia (CELANO, 2014)

A globalização tem afetado diretamente a economia brasileira, e, por consequência, a gestão pública. As políticas educacionais e a formação de professores são áreas que têm sofrido impactos significativos decorrentes da nova gestão pública. A adoção de práticas gerenciais empresariais e a ênfase na eficiência têm gerado mudanças na forma como as políticas

educacionais são formuladas e implementadas, bem como na formação de professores. É importante refletir sobre os efeitos dessas mudanças e buscar alternativas para uma gestão pública mais democrática e participativa, que considere a complexidade e a diversidade da realidade educacional brasileira (CÓSSIO, 2018).

Os organismos de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Esses organismos fornecem financiamento para empresas e projetos de infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento da economia como um todo. Além disso, esses organismos podem desempenhar um papel importante na internacionalização de empresas brasileiras, fornecendo recursos e apoio técnico para a expansão dessas empresas em mercados internacionais (CELANO, 2014).

A burocracia pública também desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Embora a burocracia seja muitas vezes criticada por ser lenta e ineficiente, ela pode desempenhar um papel chave na implementação de políticas públicas que permitam ao país se inserir de maneira competitiva na economia global. Por exemplo, a burocracia pode ser responsável por conduzir processos de licitação para concessões de infraestrutura ou de exploração de recursos naturais, garantindo que essas concessões sejam conduzidas de maneira transparente e competitiva (FILARDI, 2016).

A diplomacia pública é outra importante ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Através da diplomacia pública, o governo pode conduzir políticas que permitam ao país se inserir de maneira competitiva na economia global, ao mesmo tempo em que busca promover a imagem do país no exterior. Por exemplo, o governo pode conduzir campanhas de marketing para promover o turismo e as exportações brasileiras em mercados internacionais (CÓSSIO, 2018).

A descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é um importante passo para a promoção da equidade na gestão da saúde, mas ainda há desafios a serem enfrentados. Reduzir as desigualdades em saúde requer uma abordagem mais ampla, que leve em consideração as condições socioeconômicas e o acesso aos serviços de saúde. Além disso, é importante garantir a participação da sociedade na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas de saúde (LUCCHESI, 2003).

A política industrial é outro importante instrumento de promoção do desenvolvimento econômico em um ambiente globalizado. Através da política industrial, o governo pode conduzir políticas que visem a promover setores econômicos estratégicos, como a indústria de alta tecnologia, de modo a tornar a economia brasileira mais competitiva. Além disso, a política industrial também pode incentivar a inovação e a pesquisa científica, de modo a estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos (CELANO, 2014).

A promoção da competitividade é outro importante objetivo das instituições públicas em um ambiente globalizado. Para promover a competitividade, as instituições públicas podem conduzir políticas que visem a reduzir os custos de produção e aumentar a eficiência dos processos produtivos. Além disso, as instituições públicas também podem conduzir políticas que visem a estimular a inovação e a pesquisa científica, de modo a fomentar a competitividade da economia (FILARDI, 2016).

A promoção da exportação é outro importante objetivo das instituições públicas em um ambiente globalizado. Para promover a exportação, as instituições públicas podem conduzir políticas que visem a reduzir as barreiras comerciais nos mercados internacionais e a promover a imagem dos produtos brasileiros no exterior. Além disso, as instituições públicas também podem fornecer financiamento e apoio técnico para as empresas brasileiras que desejam expandir suas atividades em mercados internacionais (LUCCHESI, 2003).

A promoção da sustentabilidade é outro importante objetivo das instituições públicas em um ambiente globalizado. Para promover a sustentabilidade, as instituições públicas podem conduzir políticas que visem a reduzir o impacto ambiental das atividades econômicas e a promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, as instituições públicas também podem fomentar a pesquisa científica e a inovação em tecnologias mais limpas e sustentáveis (FILARDI, 2016).

3. GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS

A globalização é um fenômeno que tem transformado profundamente a economia e a sociedade em todo o mundo. No Brasil, a integração à economia global tem gerado impactos significativos nas desigualdades sociais. A distribuição de renda é um aspecto essencial a ser considerado. A globalização tem se mostrado um fator que contribui para a concentração de renda e para a ampliação da desigualdade no país (CELANO, 2014).

A globalização tem afetado diretamente o acesso aos serviços públicos no Brasil. A ampliação das desigualdades sociais tem impactado principalmente as camadas mais pobres da população, que enfrentam dificuldades para ter acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A mobilidade social também tem sido afetada, com as oportunidades de ascensão social se tornando cada vez mais escassas (FILARDI, 2016).

Os impactos da globalização nas desigualdades sociais no Brasil são evidenciados pela concentração da riqueza nas mãos de poucos, gerando um aumento na desigualdade de renda. A globalização tem contribuído para a ampliação da desigualdade, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população (LUCCHESI, 2003).

A distribuição de renda é um dos principais aspectos a serem considerados quando se fala dos impactos da globalização nas desigualdades sociais no Brasil. A concentração de renda tem se acentuado, gerando um aumento na desigualdade. A globalização tem contribuído para esse aumento, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população (FILARDI, 2016).

A globalização tem afetado o acesso aos serviços públicos no Brasil. A ampliação das desigualdades sociais tem impactado principalmente as camadas mais pobres da população, que enfrentam dificuldades para ter acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A mobilidade social também tem sido afetada, com as oportunidades de ascensão social se tornando cada vez mais escassas (CELANO, 2014).

A desigualdade de renda no Brasil é um dos principais desafios para a gestão pública diante dos efeitos da globalização. A ampliação das desigualdades sociais tem impactado principalmente as camadas mais pobres da população, que enfrentam dificuldades para ter acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A mobilidade social também tem sido

afetada, com as oportunidades de ascensão social se tornando cada vez mais escassas (LUCCHESI, 2003).

A concentração de riqueza tem se tornado cada vez mais acentuada no Brasil, gerando um aumento na desigualdade de renda. A globalização tem contribuído para esse aumento, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população (FILARDI, 2016).

A cultura do "jeitinho" no Judiciário brasileiro tem se mostrado um obstáculo para a implementação das práticas da nova gestão pública, que preza pela eficiência e transparência na administração pública. A resistência dos servidores em se adaptar a essa nova cultura organizacional tem gerado um paradoxo na reforma do Judiciário, já que as mudanças propostas se chocam com as práticas arraigadas na cultura institucional. É necessário, portanto, um esforço conjunto dos gestores públicos e dos servidores para superar essa barreira cultural e promover uma gestão mais eficiente e transparente no Judiciário brasileiro (LIMA, FRAGA, OLIVEIRA, 2016).

Os impactos da globalização nas desigualdades sociais no Brasil são evidenciados pela concentração da riqueza nas mãos de poucos, gerando um aumento na desigualdade de renda. A globalização tem contribuído para a ampliação da desigualdade, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população (CELANO, 2014).

A mobilidade social no Brasil tem sido afetada pelos impactos da globalização nas desigualdades sociais. A ampliação das desigualdades tem gerado um maior distanciamento entre as camadas mais pobres e as mais ricas da população, dificultando a ascensão social. As oportunidades de emprego e de formação profissional estão cada vez mais concentradas em setores específicos, o que afeta diretamente a mobilidade social (LUCCHESI, 2003).

A ampliação das desigualdades sociais no Brasil tem gerado impactos significativos na distribuição de renda. A globalização tem contribuído para esse processo, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população. A concentração de riqueza tem se tornado cada vez mais acentuada, gerando um aumento na desigualdade de renda (LUCCHESI, 2003).

A distribuição de renda é um dos principais aspectos a serem considerados quando se fala dos impactos da globalização nas desigualdades sociais no Brasil. A globalização tem

contribuído para o aumento da desigualdade, já que as mudanças econômicas promovidas pela abertura comercial têm beneficiado principalmente as grandes empresas e os segmentos mais ricos da população. A ampliação das desigualdades sociais tem gerado um impacto significativo no acesso aos serviços públicos e na mobilidade social (FILARDI, 2016).

3.1. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A GESTÃO PÚBLICA LOCAL

A globalização tem um impacto significativo na economia brasileira e seus efeitos colocam desafios e oportunidades para a gestão pública local. Uma das principais oportunidades é a crescente atração de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) para o Brasil, especialmente em setores de alta tecnologia e inovação. No entanto, a atração de investimentos estrangeiros pode também colocar desafios para a gestão pública local, como assimetrias no acesso a recursos e dependência externa (FILARDI, 2016).

Além disso, a globalização tem levado a uma intensificação da competição entre as cidades para atrair investimentos e talentos, o que pode resultar em desigualdades regionais e urbanas. Neste sentido, a gestão pública local tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico de forma sustentável e equitativa, adotando políticas e estratégias que favoreçam o desenvolvimento local (LUCCHESI, 2003).

Com a crescente globalização da economia, é cada vez mais comum a adoção de modelos de gestão público-privados no setor de saúde. As organizações sociais de saúde surgem como uma alternativa para a gestão de serviços públicos, com o objetivo de melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento. No entanto, é necessário avaliar cuidadosamente os impactos dessas parcerias, especialmente em relação à garantia do acesso universal à saúde (BARBOSA, 2010).

Outro desafio para a gestão pública local é a necessidade de fortalecer a capacidade institucional e regulatória para enfrentar os desafios da globalização. Isso envolve a adoção de políticas industriais eficazes, a promoção da inovação e o desenvolvimento de parcerias com o setor privado, a fim de garantir a competitividade da economia local. A globalização também pode ter impactos negativos na qualidade de vida das populações locais, especialmente em termos de desigualdades socioeconômicas e ambientais. A gestão pública local deve, portanto,

adotar políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável, incluindo a proteção do meio ambiente e a promoção da inclusão social (CELANO, 2014).

A globalização trouxe consigo desafios para a gestão pública brasileira, que teve que se adaptar à nova realidade econômica e social do país. Nesse contexto, a teoria da Nova Administração Pública surge como uma alternativa para modernizar a gestão pública e torná-la mais eficiente e eficaz. O PNAFE e o PROFISCO I são exemplos de programas que buscam implementar essa teoria no estado de Santa Catarina, visando melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população (STADNICK, 2021).

A gestão pública local deve estar atenta aos desafios impostos pela globalização, tais como as pressões sobre os recursos naturais e a necessidade de adaptação às mudanças climáticas. Isso requer uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo diferentes atores sociais e institucionais, em especial a sociedade civil e o setor privado (BARBOSA, 2010).

A globalização também traz oportunidades para a gestão pública local, como a possibilidade de ampliar a participação em redes internacionais de cooperação e aprendizagem, compartilhando experiências e boas práticas com outras cidades e regiões do mundo. A gestão pública local deve ainda estar preparada para enfrentar os desafios da integração regional, em particular no contexto da América Latina. Isso inclui a necessidade de construir redes de cooperação e integração entre as cidades da região, a fim de enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento sustentável (FILARDI, 2016).

A gestão pública local também deve estar atenta à necessidade de promover a diversificação econômica, a fim de reduzir a dependência de setores econômicos específicos e aumentar a resiliência da economia local diante das flutuações do mercado global (CELANO, 2014).

3.2. INOVAÇÃO E ADAPTAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública é um campo cada vez mais desafiador e dinâmico, especialmente em um contexto de constantes mudanças na economia global. Diante dessa realidade, é necessário que a gestão pública seja capaz de se adaptar às novas demandas e buscar constantemente inovação em suas práticas e políticas. A capacidade de inovação e adaptação pode ser um fator

chave para o sucesso da gestão pública no enfrentamento dos desafios da globalização (BARBOSA, 2010).

Uma das principais formas de inovação na gestão pública pode ser a implementação de novas tecnologias e processos que permitam uma maior eficiência e transparência na prestação de serviços públicos. A adoção de sistemas de informação e comunicação, por exemplo, pode permitir que os cidadãos tenham acesso mais rápido e fácil a informações sobre serviços públicos e possam se comunicar com as autoridades de forma mais eficiente (CELANO, 2014).

Além disso, a inovação também pode ser aplicada na formulação de políticas públicas, buscando soluções criativas e adaptáveis aos diferentes contextos. Nesse sentido, é importante que a gestão pública esteja aberta ao diálogo com diferentes setores da sociedade, incluindo empresas, organizações da sociedade civil e grupos de cidadãos, para identificar novas demandas e soluções. A globalização tem impactado significativamente a economia brasileira e, conseqüentemente, a gestão pública. A reestruturação educativa é uma das áreas mais afetadas, exigindo uma adaptação contínua para atender às demandas do mercado. As políticas educacionais precisam ser redefinidas para garantir a formação de profissionais capacitados e competitivos em um mercado cada vez mais exigente (HYPÓLITO, 2008).

A capacidade de adaptação também é essencial em um contexto de globalização, uma vez que as mudanças econômicas e sociais podem ocorrer rapidamente e de forma imprevisível. Nesse sentido, é importante que a gestão pública esteja preparada para ajustar suas políticas e práticas de acordo com as mudanças no ambiente externo e interno. Para isso, é necessário que a gestão pública tenha uma cultura de aprendizado contínuo e seja capaz de avaliar constantemente os resultados de suas ações. A implementação de sistemas de monitoramento e avaliação pode ser uma forma eficaz de identificar pontos fortes e fracos da gestão pública e ajustar as políticas e práticas de acordo com os resultados obtidos (FILARDI, 2016).

A inovação e a adaptação na gestão pública também podem ser estimuladas por meio de parcerias com organizações do setor privado e da sociedade civil. A colaboração entre diferentes setores pode permitir a troca de conhecimentos e experiências, bem como o desenvolvimento de soluções conjuntas para os desafios enfrentados pela gestão pública (BARBOSA, 2010).

No entanto, é importante que as parcerias sejam estabelecidas de forma transparente e com objetivos claros, evitando conflitos de interesse ou comprometimentos indevidos. A gestão pública deve estar atenta aos riscos e benefícios das parcerias e avaliar constantemente seus resultados. A capacidade de inovação e adaptação na gestão pública também pode ser

influenciada pelo contexto político e institucional em que a gestão ocorre. A existência de leis claras e regulamentações eficazes pode permitir que a gestão pública tenha maior liberdade para inovar e adaptar-se às mudanças globais (BARBOSA, 2010).

Por outro lado, a falta de recursos ou a burocracia excessiva podem limitar a capacidade da gestão pública de inovar e adaptar-se às mudanças. Nesse sentido, é importante que a gestão pública esteja atenta às oportunidades e limitações impostas pelo contexto institucional e político em que atua (BARBOSA, 2010).

A globalização tem impactado significativamente a internacionalização dos programas de educação em gestão, exigindo uma adaptação constante das instituições de ensino para atender às demandas do mercado internacional. A economia brasileira também tem sido afetada por esse processo, o que torna ainda mais importante a formação de profissionais capacitados para lidar com as mudanças constantes do cenário global. Nesse sentido, a gestão pública precisa estar atenta às implicações da globalização para garantir a efetividade das políticas públicas e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social do país (CELANO, 2014).

A inovação e a adaptação na gestão pública também podem ser influenciadas pela cultura organizacional e pelos valores. É importante que a gestão pública tenha uma cultura de inovação e aprendizado contínuo, valorizando a experimentação e o planejamento estratégico. Além disso, a gestão pública deve estar comprometida com valores de transparência, ética e responsabilidade social, buscando sempre o melhor interesse público e a promoção do bem comum (FILARDI, 2016).

Sendo assim, fica evidente a importância de se olhar para como a administração pública vem se portando diante desse desafio. Pontos importantes como a desindustrialização que pode ser um dos fatores que podem gerar desemprego e conseqüentemente, problemas sociais como o endividamento das famílias brasileiras.

Entendendo que a globalização é um processo inevitável, demonstra o quanto a troca de informações com outros Países podem ser importante para o Brasil. Desde a diplomacia até o funcionário público que atua diretamente com a população mais pobre para encontrar soluções para seus problemas diários.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram discutidos os efeitos da globalização na economia brasileira e suas implicações na gestão pública. Foram identificadas diversas competências necessárias para que os gestores públicos possam lidar com os desafios impostos pela globalização, tais como habilidades de negociação, conhecimento de políticas internacionais e capacidade de adaptação.

A transparência e accountability foram apontadas como fatores fundamentais para a gestão pública em um contexto de globalização. Foi destacada a necessidade de mecanismos de prestação de contas eficientes que possam garantir a transparência das ações governamentais.

Os desafios enfrentados na cooperação intergovernamental para lidar com os efeitos da globalização também foram examinados. Foi abordada a importância do alinhamento de políticas e coordenação de ações entre diferentes esferas de governo.

A educação e capacitação de servidores públicos foram apontadas como fatores-chave para enfrentar os desafios da globalização. Foram discutidos programas de formação e a importância da aprendizagem contínua para que os servidores possam desenvolver competências necessárias para atuar em um contexto globalizado.

A governança global e seu impacto na gestão pública brasileira foram avaliados, destacando a influência de organismos internacionais e acordos multilaterais. Foram apresentados exemplos de como a governança global pode afetar a gestão pública em nível local.

Os efeitos da globalização na gestão das finanças públicas também foram analisados, como o aumento da mobilidade de capitais, dívida externa e necessidade de transparência fiscal. Foi discutido como a gestão das finanças públicas deve se adaptar a um contexto globalizado.

A tecnologia e inovação foram exploradas como elementos-chave na gestão pública para enfrentar os desafios da globalização. Foi destacado o papel das soluções digitais, inteligência artificial e governança eletrônica.

Os desafios enfrentados pela gestão pública na proteção e exploração sustentável dos recursos naturais em um ambiente globalizado foram examinados. Foram abordados temas como preservação ambiental e economia verde.

Foram apresentadas boas práticas internacionais em gestão pública que podem ser adaptadas e aplicadas no contexto brasileiro, como benchmarking e transferência de conhecimento.

Por fim, foi discutido como a globalização afeta as políticas sociais e de bem-estar no Brasil, como o acesso a serviços de saúde, proteção social e igualdade de oportunidades. Foi ressaltado o papel da participação cidadã e fortalecimento da democracia na gestão pública em um contexto de globalização.

O estudo apresentou como limitações, sua técnica de revisão bibliográfica que apesar de serem valiosas para sintetizar o conhecimento existente em uma área específica, têm algumas limitações que é importante reconhecer; como a obsolescência que reflete o estado atual do conhecimento, mas pode rapidamente tornar-se obsoleta à medida que novas pesquisas são realizadas e a qualidade variável dos estudos incluídos, uma vez que nem todos os estudos têm o mesmo rigor metodológico.

A não escolha de outras técnicas de análise, foi escolhida pela complexidade do Tópico, uma vez que alguns temas são naturalmente complexos, e pode haver limitações no entendimento total devido à natureza intrincada do assunto. Tempos e prazos estabelecidos podem impor limitações significativas uma vez que

Vale salientar que outras técnicas como Pesquisa Empírica que fornece evidências adicionais para as conclusões da revisão bibliográfica, permitindo a validação ou aprofundamento dos resultados encontrados na literatura ou análise estatística, que permitiria uma avaliação mais precisa das tendências e padrões identificados na revisão bibliográfica.

Este trabalho contribuiu para um entendimento mais aprofundado dos desafios impostos pela globalização na economia brasileira e suas implicações na gestão pública. Sugere-se para futuros estudos a análise de casos específicos de políticas públicas em um contexto globalizado e a avaliação de como a gestão pública pode se adaptar a novas tecnologias e inovações.

A resiliência da economia brasileira em face de choques globais como crises financeiras internacionais, flutuações nos preços das commodities e pandemias, se mostra importante para entender a tomada de decisão que as lideranças brasileiras vêm tomando.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. B.; ELIAS, P. E. M. As organizações sociais de saúde como forma de gestão público/privado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 5, p. 2483-2494, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v15n5/v15n5a23.pdf>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

Carneiro, R., & Menicucci, T. M. G (2011). Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. Retrieved from <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91084/1/718525795.pdf>
 CELANO, A.C.; GUEDES, A.L. Impactos da globalização no processo de internacionalização dos programas de educação em gestão. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 12, n. 4, p. 787-802, 2014. Disponível em:
 <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/PYMBzSL4KYnM4md3cTrBpzn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de mar. 2023.

CHU, R. A.; WOOD JR, T. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, p. 1117-1141, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/6vD9Rc6GpjmGZgPNvJPzwrJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 de abr. 2023.

CÓSSIO, M. F. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. *Educação, São Paulo*, v. 41, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-25822018000100066&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

De SOUZA, A. R. O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública (1994/2002). *Revista do Serviço Público, Brasília*, v. 54, n. 1, p. 9-34, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/267>>. Acesso em: 09 de mai. 2023.

Farah, MFS. O legado de Celso Daniel para a gestão pública. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 1, p. 82-91, 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/37590/36343>>. Acesso em: 17 de abr. 2023.

FARAH, MFS. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Rio de Janeiro*, v. 5, n. 18, p. 1-22, 2000. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/43841/42702>>. Acesso em: 17 de abr. 2023.

FILARDI, F.; FREITAS, A. S.; IRIGARAY, H. A. (Im) Possibilidades da aplicação do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP). *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 3, p. 344-363, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/VRFSDxKWN4ntfh4JFz5zQsp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 de abr. 2023.

FONSECA, João José Saraiva. *Metodologia da Pesquisa Científica*. 2002.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 11-33, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/30934457/Publicacao_10305_em_16_06_2011_09_55_25.pdf>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Organizadores). *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB. Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. 13ª edição revisada. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUEDS, A.L. Internacionalização de empresas como política de desenvolvimento: uma abordagem de diplomacia triangular. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1099-1120, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/4bMzVLnywGfZKjzqWQzLyPc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 de mai. 2023.

HyPÓLITO, Á.M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 307-325, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19239>>. Acesso em: 13 de mai. 2023.

LIMA, DMC; FRAGA, VF; OLIVEIRA, FB. O paradoxo da reforma do Judiciário: embates entre a nova gestão pública e a cultura organizacional do jeitinho. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 3, p. 399-417, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/fN4qhYLgrjVBhgZR9vSt9Ls/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 16 de mai. 2023.

LUCCHESI, P. T. R. (2003). Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução de desigualdades em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(2). Retrieved from

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v8n2/a09v08n2.pdf

MILANI, CRS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 2, p. 347-370, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 19 de mai. 2023.

NASCIMENTO, RP; NEVES, DR; FELIX JR, MS; SILVA, FA. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cadernos Ebape*. v. 16, n. 2, p. 278-291, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

OLIVEIRA, RTC. As mudanças nas formas de gestão escolar no contexto da nova gestão pública no Brasil e em Portugal. *Educar em Revista*, v. 35, e198918, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/VcFTwwfVBqCJWwGs7qyGXsk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de mai. 2023.

PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: Atlas, 2005. Disponível em: <[https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=KGt09LGkvrIC&oi=fnd&pg=PA25&dq=An%C3%A1lise+dos+efeitos+da+globaliza%C3%A7%C3%A3o+na+economia+brasileira+e+suas+implica%C3%A7%C3%B5es+na+gest%C3%A3o+p%C3%BAblica+na\(o\)+Administra%C3%A7%C3%A3o+P%C3%BAblica+&ots=fuwGlpY7zE&sig=tBQMIBweSzBiqwWAt3kJEcWV0](https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=KGt09LGkvrIC&oi=fnd&pg=PA25&dq=An%C3%A1lise+dos+efeitos+da+globaliza%C3%A7%C3%A3o+na+economia+brasileira+e+suas+implica%C3%A7%C3%B5es+na+gest%C3%A3o+p%C3%BAblica+na(o)+Administra%C3%A7%C3%A3o+P%C3%BAblica+&ots=fuwGlpY7zE&sig=tBQMIBweSzBiqwWAt3kJEcWV0)>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2001. 144p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. Ed. Olho d'Água, 2002.

STADNICK, K. T. (2021). Modernização da gestão pública brasileira à luz da teoria da Nova Administração pública: uma análise do PNAFE e do PROFISCO I no estado de Santa Catarina [Master's thesis, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222080>

VIEIRA, R. S. Políticas públicas e administração pública democrática no Brasil: uma análise da concretização dos novos direitos à luz da.... In: Encontro Nacional do CONPED, 2006, Manaus. Anais do Encontro Nacional do CONPED. Manaus: publicadireito.com.br, 2006.

Disponível em:
<[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_a
dm_pub_ricardo_s_vieira.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_a
dm_pub_ricardo_s_vieira.pdf)>. Acesso em: 02 de mai. 2023.